

ISSN 1984-5588

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Textos Para Discussão FEE

Texto n° 132

**Megaeventos esportivos: aspectos econômicos,
urbanísticos e simbólicos**

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior

Porto Alegre, maio de 2015



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretário: Cristiano Tatsch



**Fundação de
Economia e
Estatística**

DIRETORIA

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes

Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari

Diretor Administrativo: Nóra Angela G. Kraemer

CENTROS

Estudos Econômicos e Sociais: Renato Antonio Dal Maso

Pesquisa de Emprego e Desemprego: Rafael Bassegio Caumo

Informações Estatísticas: Juarez Meneghetti

Informática: Valter Helmuth Goldberg Junior

Documentação e Difusão de Informações: Tânia Leopoldina P. Angst

Recursos: Maria Aparecida R. Forni

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, ou de interesse da instituição, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. Todas as contribuições recebidas passam, necessariamente, por avaliação de admissibilidade e por análise por pares. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

<http://www.fee.rs.gov.br/textos-para-discussao>

Megaeventos esportivos: aspectos econômicos, urbanísticos e simbólicos

Ricardo César Gadelha de Oliveira Júnior

Pesquisador em Sociologia da Fundação de Economia e Estatística, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O termo megaevento tem tido uma presença constante no vocabulário público brasileiro na última década, em virtude da realização de competições esportivas mundiais no País, como os Jogos Pan-Americanos, a Copa do Mundo da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e os Jogos Olímpicos. Este artigo tem por objetivo fazer uma revisão da literatura sobre os megaeventos esportivos, tanto em relação às diversas possibilidades de sua definição quanto sobre as noções de legado e impacto, refletindo sobre tais ideias a partir do conceito de fato social total, de Marcel Mauss. Além disso, analisam-se os três tipos de legados mais explorados pelos meios de comunicação e analisados por pesquisas acadêmicas: os econômicos, os sociais e os urbanísticos.

Palavras-chave: megaeventos; legado; impactos.

Abstract

The term “mega-event” has had a constant presence in the Brazilian public vocabulary over the last decade due to world sports competitions such as the Pan American Games, the FIFA World Cup and the Olympic Games in the country. This article aims to review the literature on sports mega-events, both on the several possibilities of their definition and on the notions of legacy and impact, reflecting on such ideas based on Marcel Mauss’s concept of total social fact. Furthermore, we analyze the three types of legacies most explored by the media and analyzed by academic research: the economic, the social and the urban ones.

Keywords: mega-events; legacy; impacts.

Introdução

O termo “megaevento” tem estado em evidência no Brasil durante os últimos anos, período que foi marcado pelas sucessivas candidaturas de cidades brasileiras para sediar os Jogos Olímpicos desde a década de 90.¹ Como consequência desse fato, as disputas esportivas internacionais passaram, paulatinamente, a ser tema e preocupação das diversas áreas do campo científico: da Economia, no que diz respeito à tentativa de projetar os benefícios ou os prejuízos dos megaeventos esportivos para a economia de um país ou cidade-sede e as avaliações posteriores aos

¹ A capital federal, Brasília, tentou, em 1992, sediar os Jogos Olímpicos de 2000, cuja disputa foi vencida pela cidade australiana de Sydney. Já a cidade do Rio de Janeiro tentou abrigar os jogos duas vezes antes de sair vencedora da disputa para a edição de 2016: em 2004, vencida por Atenas, e em 2012, quando a edição foi realizada em Londres.

eventos de como tais expectativas foram ou não cumpridas; da Geografia e da Arquitetura, que buscam avaliar as alterações nas infraestruturas e nos territórios das cidades, que passam por intensas mudanças para a adequação às exigências dos organismos internacionais promotores desses eventos; e das Ciências Sociais, que procuram analisar de que forma os indivíduos interpretam essas competições e as alterações na vida das pessoas.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo fazer uma revisão da literatura que tomou como objeto de reflexão os megaeventos esportivos. Em um primeiro momento, busca-se apresentar as controvérsias em torno do próprio conceito de megaevento. Ao mesmo tempo, apresenta-se como outro termo passou a ser utilizado como forma de justificava para os investimentos, sobretudo públicos, necessários para a organização de uma competição esportiva: a palavra **legado**. Assim como o conceito anterior, este último também é marcado por uma polissemia e entrecruzado pelas distintas áreas do conhecimento. Para abarcar as múltiplas categorias sob as quais os conceitos de megaeventos esportivos e legados podem ser observados, pretendeu-se analisá-los a partir do conceito de fato social total, elaborado pelo antropólogo francês Marcel Mauss.

Das múltiplas dimensões que caracterizam o fenômeno aqui analisado, escolheram-se as três que mais espaço ocupam no debate público e na imprensa especializada; assim, será discutido de que maneira os aspectos econômicos, urbanísticos e sociais têm sido estudados pela literatura sobre megaeventos esportivos. Inicialmente, buscou-se apontar os tipos de pesquisas econômicas que são feitas antes e depois dos megaeventos e quais as principais conclusões que delas podem ser extraídas. Em destaque, está a disputa dentro do próprio universo científico-econômico sobre a validade das pesquisas de mensuração dos impactos econômicos obtidos através da realização de um megaevento esportivo.

A seguir, é apontada a diversidade de ideias e de concepções que são englobadas pelo conceito de legado social, as formas estabelecidas de julgamento sobre elas e a defesa, por alguns autores, da necessidade de não olhar os megaeventos e legados apenas pelos aspectos puramente econômicos. Por fim, apresentam-se os tipos de alterações na infraestrutura urbana pelos quais as cidades-sede costumemente passam, por exigência das instituições organizadoras internacionais, e também como os governos aproveitam os jogos para fazer essas reformas, pela facilidade de disporem de suporte financeiro para tal finalidade. Além disso, discute-se como a disputa entre cidades pela organização dos megaeventos esportivos está relacionada a uma nova forma de pensar o espaço urbano e sua gestão, fundada no pensamento empresarial que insere as cidades em um mercado global de competição.

Megaeventos: um conceito difuso e diverso

O conceito de “megaevento” foi disseminado no Brasil a partir das tentativas fracassadas do País de ser sede dos Jogos Olímpicos nos anos 90 e das vitórias nos pleitos para os Jogos Pan-Americanos de 2007, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Desde então, a palavra foi incorporada ao imaginário nacional e tem sido utilizada em diversos campos sociais: na cobertura esportiva pelos veículos de comunicação, nos discursos e debates políticos sobre seus benefícios para a população, nos questionamentos dos grupos organizados que se

posicionam de forma contrária à realização dos megaeventos esportivos e no cotidiano do homem comum, ao debater que tipos de melhorias tais eventos podem acarretar em sua vida. Já que esses fenômenos são marcados pela diversidade de ideias e juízos de valor a seu respeito, há várias tentativas de definição do que eles são e de quais características os diferem dos eventos cotidianos de uma localidade, uma cidade ou um país. Bem diversos também, não poderia ser de outra forma, são os tipos de abordagens e as tentativas de reflexão que as distintas áreas das Ciências Sociais empreendem sobre esse fenômeno, notadamente quando eles, então, assumem o caráter de uma competição esportiva, os chamados megaeventos esportivos.

Damo e Oliven (2014) propõem pensar que o termo “megaevento” não se refere exclusivamente às competições esportivas e que vai além da intencionalidade humana. Pensando-os a partir de uma definição inicial, de que os megaeventos formam um conjunto de acontecimentos que se articulam entre si a partir de como se apresenta o evento principal, os autores apontam algumas de suas características. No entanto, sua tipologia parte do fato de que os megaeventos trazem, em sua imanência, a diversidade e a multiplicidade e que, por isso, caracterizam-se a partir de propriedades que se constroem sobre pares de oposições: alguns são planejados, com tempo de duração bem delimitado e com planejamento humano, como a Copa do Mundo de futebol, os Jogos Olímpicos de verão e de inverno, o Fórum Social Mundial, as reuniões políticas internacionais, etc., e outros não são programados pela ação humana e, de certo modo, são indesejados, como as grandes catástrofes naturais, as enchentes, os *tsunamis*, os terremotos, etc. Alguns são considerados tradicionais, tendo um espaço reservado no calendário daqueles que costumam consumi-los, como as peregrinações a Meca, o carnaval no Rio de Janeiro, enquanto outros são caracterizados por sua imprevisibilidade e ineditismo, como o festival de Woodstock. Uns se caracterizam por serem bem definidos localmente, com um epicentro que abarca quase a totalidade do evento, e outros podem ser mais difundidos territorialmente, como as epidemias mundiais ou os acontecimentos discutidos na rede mundial de computadores.

Já Llopis-Goig (2012) concentra sua reflexão nos megaeventos esportivos e nas diversas manifestações que eles encerram no mundo nas últimas décadas. Inicialmente, o autor espanhol destaca que a palavra **megaevento** seria um neologismo nascido na língua anglo-saxã, nas últimas duas décadas, que se difundiu para as outras nações e idiomas. Já o termo “megaevento esportivo” é usado tanto para competições que incluem amplo número de modalidades esportivas, sendo os Jogos Olímpicos o exemplo primordial, como para as que se limitam a um tipo de esporte específico, como a Copa do Mundo de futebol ou de *rugby*, os Grand Slams de tênis, as corridas de Fórmula 1, os campeonatos mundiais de vôlei ou de basquete, etc.

Para que se possa falar em um megaevento esportivo, Llopis-Goig (2012) ressalta alguns elementos indispensáveis. Segundo ele, os megaeventos podem ser definidos como acontecimentos de grande escala, com poder de atração e capacidade de despertar atenção em nível global, cuja organização cabe tanto a organismos governamentais de caráter nacional (Estados-nação, federações esportivas nacionais, governos estaduais, prefeituras municipais) como a organizações não governamentais de caráter internacional (FIFA², COI³, FIA⁴). São

² A FIFA é uma instituição internacional que detém o monopólio de organização de competições, como a Copa do Mundo de futebol, e definição das regras de três esportes: futebol, futsal e futebol de praia. Possui sede em Zurique, na Suíça, e tem, atualmente, mais de 200 afiliados.

³ O Comitê Olímpico Internacional (COI) é uma organização não governamental, criada em 1893 por Pierre de Coubertain, para refundar os jogos Olímpicos. Na atualidade, tem a exclusividade dos direitos de organização e legislação de tais competições.

⁴ A Fédération Internationale de l'Automobile (FIA) é uma associação não lucrativa criada em 1950, que organiza competições automobilísticas.

acontecimentos de duração breve e bem delimitada e que contam com um alto investimento econômico da sociedade que os sedia, em termos de infraestrutura, segurança e organização. Já Tavares (2011) parte de uma definição construída a partir do que ele próprio tem visto como a definição corriqueira dada aos megaeventos esportivos nos veículos de comunicação: o termo se refere a competições esportivas que concentram milhares de atletas em um curto período de tempo e que possuem tanto carga simbólica quanto impactos potenciais significativos nos diferentes setores da sociedade que as decide abrigar.

Dentre essas características, há duas que Lloppis-Goig (2012) elege como as que têm maior influência para a possibilidade de legitimidade desses investimentos das verbas e dos esforços das instituições públicas: a capacidade de atração de espectadores de todo o mundo, o que permite à cidade ou ao país-sede difundir imagens ou ideias de sua cultura e organização social, exibir publicamente seu poderio econômico ou reivindicar maior protagonismo no cenário mundial; e as suas repercussões ou impactos nas localidades que os sediam e em seus moradores, como o aumento da atividade turística, e nas receitas dele decorrentes, como a obtenção de publicidade entre os visitantes e as melhorias na infraestrutura esportiva e nas circunvizinhanças dos equipamentos.

Assim como Horne e Manzenreiter (2006), Lloppis-Goig (2012) afirma que os megaeventos esportivos atingiram seu auge nas últimas duas décadas, devido a três fatores: a revolução das tecnologias de informação e de comunicação, o que aumenta a possibilidade e o alcance das transmissões de suas disputas para todo o mundo; a consolidação de um conglomerado esportivo-midiático-empresarial, que causou uma profunda transformação no esporte no final do século XX, pois possibilitou a ampliação dos direitos de transmissão e das cotas de patrocínio; e a oportunidade de promoção e desenvolvimento econômico, turístico, urbanístico e social das cidades que os sediam.

Entretanto, outros autores assinalam que os megaeventos não são um fenômeno tão recente, próprio das últimas duas décadas. DaCosta e Miragaya (2008) afirmam que a era dos megaeventos esportivos no Brasil não foi inaugurada com os Jogos Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro, mas que remontam à década de 60, com a realização dos Jogos Mundiais Universitários em Porto Alegre e dos Jogos Pan-Americanos em São Paulo, ambos em 1963. Embora não se configurassem como os eventos na atualidade, eles já continham algumas de suas características:

Nestas circunstâncias, protótipos do atual megaevento esportivo já estavam em gestação à época até mesmo porque fora desta área certas promoções de grande porte já assinalavam um tratamento organizacional próximo à atual realização intensa e reduzida duração com preparo de longo prazo, produzindo impactos econômicos relevantes (DACOSTA; MIRAGAYA, 2008, p. 37).

As corridas de Fórmula 1, que cresceram durante a década de 90, são outro exemplo. Além do universo esportivo, os autores citam os carnavais de Salvador e do Rio de Janeiro como megaeventos que são organizados anualmente e que apresentam legados econômicos significativos para as cidades que os organizam. Por fim, em 2007, com os Jogos Pan-Americanos, inicia-se a época de maturidade dos megaeventos esportivos no País.

Falando especificamente dos Jogos Olímpicos, Poynter (2008) chama a atenção para a historicidade do significado que tais megaeventos tiveram durante a sua realização. Ao longo do século XX, as Olimpíadas foram um espaço privilegiado para a expressão de uma competição simbólica entre diferentes sistemas econômicos e políticos: em 1936, as Olimpíadas de Berlim representaram o embate entre a democracia e o fascismo; entre 1948 e 1972, os Jogos tiveram como disputa simbólica a Guerra Fria entre o socialismo soviético e o capitalismo norte-americano. Até então, segundo o autor, não havia uma espécie de "cálculo" feito pelos governos sobre a relevância econômica desse

tipo de gasto, pois os efeitos simbólicos tinham mais importância dentro desse jogo político. No entanto, já na década de 70, o COI começou a encontrar dificuldades para obter nações interessadas na candidatura de país-sede, devido aos altos custos que a organização de uma edição das Olimpíadas passou a exigir. No entanto, essa dificuldade foi diminuída, uma vez que, já na década seguinte, o sentido atribuído às Olimpíadas foi alterado significativamente, pois, nos anos 80, passou a haver uma intensa disputa pelo direito de sediá-las, com predominância de europeus e americanos. Como explicar essa total mudança na percepção dos Jogos Olímpicos ao longo do tempo?

A explicação dessa mudança significativa na importância atribuída aos megaeventos esportivos passa pela observação histórica de o que as organizações internacionais que possuem o direito sobre esses jogos passaram a atribuir ao conceito de “legado” e aos seus diversos sinônimos.

Os megaeventos esportivos e os legados como fatos sociais totais

Dois autores trataram das mudanças históricas da visão sobre os megaeventos esportivos e da ideia de legado: Gavin Poynter, professor inglês da Universidade East London, e Holger Preuss, professor alemão da Universidade de Mainz. Poynter (2008) aponta que os anos 70 marcaram a diminuição do crescimento econômico que vinha caracterizando o Ocidente desde 1945, e esse fato acarretou a diminuição de verbas enviadas pelos governos federais aos governos estaduais e municipais, que tiveram de buscar outras fontes de financiamento. A forma como algumas cidades americanas, como Nova York e São Francisco, enfrentaram a desindustrialização foi adotar um padrão de desenvolvimento baseado no consumo e nos serviços. Outras, como Miami e Orlando, criaram “cidades-fantasia”, eventos e festivais temáticos, na busca por visitantes. Já que os Jogos Olímpicos eram uma oportunidade para as cidades construírem, por um período determinado, essa “fantasia” em seu território, tal trama ajuda a entender o crescimento do número de cidades interessadas em sediar o evento:

As Olimpíadas conferem um atraente prêmio para uma cidade empreendedora que procura um pouco de “fantasia” em um futuro não muito distante. O crescimento e importância atribuídos às Olimpíadas como um megaevento global refletem-se nos tempos atuais pelo grande aumento no número de cidades candidatas a sediar o evento. A competição para sediar os Jogos em 1992 envolveu mais de 20 cidades; aumentou para 40 cidades na competição em 2004 e, em 2008, mais de 50 cidades entraram na disputa. As Olimpíadas assumiram um crescente significado para cidades empreendedoras que procuram estimular a abordagem norte-americana para regeneração urbana e desenvolvimento, através do que os economistas têm denominado de desenvolvimento econômico com base no consumo (consumption led). O apelo desta abordagem para renovação urbana tem sido corroborado não somente pela elevada demanda decorrente de reestruturação econômica doméstica e de mudanças de modelos de consumo, mas também pelas correspondentes mudanças na economia internacional e, em particular, em setores como indústrias de mídia, telecomunicações, lazer, viagens e turismo (POYNTER, 2008, p. 127).

Por isso, o renascimento do interesse das cidades pela possibilidade de sediar os Jogos Olímpicos relaciona-se diretamente com a possibilidade de utilizar o evento para fazer crescer o setor de serviços e a produção industrial que o abastece, e com a construção de centros de convenções, equipamentos esportivos, parques temáticos e *shopping centers*. Foi a partir desse cenário que a ideia de legado passou a assumir importância vital tanto para as cidades como para o COI nas últimas duas décadas. No entanto, o conceito de legado passou a voltar-se cada vez mais para outros setores, além dos resultados esportivos, o que pode ser evidenciado pela tentativa das cidades de aliar suas candidaturas a planos de desenvolvimento econômico e de regeneração urbana.

Já Preuss (2004 *apud* Poynter, 2008) demonstra as mudanças em torno do conceito de legado, a partir de períodos históricos: o primeiro, de 1896 a 1968, foi marcado pela fraca documentação dos efeitos econômicos, devido à pequena influência que esses tinham na decisão de uma cidade de sediar o evento, dada a escala modesta dos jogos em comparação aos mais recentes; o segundo período, de 1969 a 1980, mostrou uma mudança na forma dos financiamentos dos Jogos, mas ainda dependendo, em grande medida, das verbas públicas; a terceira fase, que foi de 1981 a 2003, marcou a entrada do setor privado na organização, dividindo com o setor público (mesmo que nem sempre de forma igual) os gastos, os lucros e os legados; por fim, a última fase, de 2003 à atualidade, marca uma tentativa do COI de proteger alguns valores ligados aos Jogos Olímpicos, como *fair play*, intercâmbio cultural, igualdade, tradição, honra e, junto com esses valores, o conceito de "legado".

Villano *et al.* (2008) apresentam uma tipologia mais ampla dos legados de megaeventos esportivos. Segundo esse grupo de autores, os legados podem ser agrupados em cinco tipos: (a) legados do evento em si, que dizem respeito a construções esportivas, infraestrutura da cidade, melhorias na segurança e na comunicação, empregos temporários e permanentes, aumento da prática da atividade física e realização de outros eventos; (b) legados da candidatura do evento, que capacitam a localidade a trabalhar com projetos e a possibilitam pôr em prática o planejamento urbanístico apresentado, mesmo que não seja escolhida como sede; (c) legados da imagem, que se relacionam à melhoria da projeção da imagem da localidade, o que poderá trazer novas oportunidades, e ao aumento do sentimento de pertença local; (d) legados de governança, quando há um incentivo para maior participação da população no planejamento, na execução e no controle das obras; e (e) legados de conhecimento, relacionados à necessidade de capacitação de pessoas envolvidas com o megaevento.

Também para Proni, Faustino e Silva (2014), os legados podem ser classificados de diversas formas: positivos ou negativos; passageiros ou duradouros; tangíveis ou intangíveis; locais ou nacionais; e econômicos, políticos, sociais, ambientais e esportivos. Mais especificamente, os de cunho econômico podem ser divididos em diretos (que dizem respeito à preparação e à realização dos torneios em si) e indiretos (que têm desdobramentos na economia, como o aumento do consumo dos trabalhadores que são empregados devido aos jogos, por exemplo). Os legados também podem ser analisados a partir de cada setor econômico (construção civil, esportes, hotelaria) ou a partir de estatísticas nacionais, regionais e locais (renda, emprego, inflação, Produto Interno Bruto (PIB), fluxo de turistas, valorização imobiliária, taxa de desemprego). Segundo os autores, não há, no entanto, uma definição consensual e satisfatória entre os especialistas, já que o termo é polissêmico, sendo a ele atribuídos, inclusive, aspectos positivos e negativos.

Ao apontarem a necessidade de fuga das leituras unívocas sobre os megaeventos esportivos, deixando de lado as leituras puramente econômicas, políticas ou do âmbito esportivo, Villano *et al.* (2008) instauram a multidisciplinaridade como metodologia a ser buscada na elucidação dos diversos aspectos interdependentes que constituem os megaeventos:

Em princípio, a abordagem dos megaeventos apresenta-se tão complexa e grandiosa que não pode mais ser compreensível levando-se em consideração apenas as questões do âmbito esportivo ou relacionadas ao evento em si mesmo. O impacto econômico e ambiental, as circunstâncias políticas envolvidas e as tecnologias aplicadas são temas obrigatórios na análise de qualquer megaevento esportivo e servem como uma amostra de como esse tipo de produção vem se transformando em uma grande e complexa teia multidisciplinar (VILLANO *et al.*, 2008, p. 103).

Os autores ainda afirmam que não há, na literatura internacional, uma definição clara e única para "legado", pois se trata de um conceito complexo e com múltiplos significados, que pode, inclusive, assumir outros conceitos e expressões em diferentes idiomas.

Poynter (2004 *apud* MAZO; ROLIM; DACOSTA, 2008) agrupa os legados em dois conjuntos: *hard*, que se relacionam a obras de infraestrutura, reorientação espacial da cidade e novos usos para os terrenos e as atividades econômicas; e *soft*, que podem ser exemplificados a partir do aumento da confiança, do entusiasmo, da reputação e do orgulho local e do aumento do turismo regional e internacional. No entanto, essa divisão não é estanque, pois ambas as categorias de legados, *hard* e *soft*, podem se entrecruzar:

Legado não é um status a alcançar — um resultado — ao contrário, descreve a expansão progressiva de realizações multiformes. O bom legado é o que é dirigido por um *momentum* contínuo (nascido de fatores soft), mas esporádico em alguns pontos. O *momentum* de legado sociocultural positivo emerge quando os mencionados fatores estão suficientemente evidenciados na cidade-sede (MAZO; ROLIM; DACOSTA, 2008, p. 118).

Ao falar diretamente sobre os campos científicos que se envolveram com a reflexão sobre os megaeventos, Almeida, Mezzadri e Marchi Jr. (2009) apontaram a pluralidade de áreas do conhecimento que se debruçaram sobre tal assunto: Geografia, Engenharia de Transportes, Economia, Educação Física, Comunicação, Turismo e Engenharia de Produção. Com isso, salienta-se, como já demonstrado anteriormente, a ampla possibilidade de pontos de vista sobre um mesmo fenômeno.

Como é possível ver, a definição de megaevento e suas características abarcam diversas áreas e universos da vida social. Por isso, propõe-se pensá-lo a partir do conceito de fato social total, do antropólogo francês Marcel Mauss. Ao analisar as trocas de objetos em sociedades espalhadas em diversas partes do mundo, Mauss (2003) as considera como "fenômenos sociais totais", que exprimem as diversas instituições de uma sociedade: religiosas, jurídicas, morais, econômicas, estéticas, etc.

Nesses fenômenos sociais "totais", como nos propomos chamá-los, exprimem-se, de uma só vez, as mais diversas instituições: religiosas, jurídicas e morais — estas sendo políticas e familiares ao mesmo tempo —: econômicas — estas supondo formas particulares da produção e do consumo, ou melhor, do fornecimento e da distribuição —; sem contar os fenômenos estéticos em que resultam esses fatos e os fenômenos morfológicos que essas instituições manifestam. (MAUSS, 2003, p. 187).

No mesmo sentido, ao analisar a obra de Marcel Mauss, Lévi-Strauss (2003) destaca que o primeiro e mais importante aspecto da noção de fato social total é a de que o social está integrado em um sistema. Por isso, a análise de um fato social total, como um megaevento esportivo, permite perceber a totalidade de uma cultura, sem que se dê a proeminência a uma das dimensões que compõem uma sociedade. É por esse motivo que a divisão do texto a seguir, que aborda os aspectos e legados econômicos, sociais e urbanísticos dos megaeventos esportivos é artificial e puramente didática, pois, ao analisá-los a partir do conceito de fato social total, tem-se que levar em conta que, na realidade, eles estão intensamente imbricados de tal modo que, ao tratar especificamente de um dos aspectos, aparecerão informações que poderiam nitidamente estar situadas em outro tópico, dada a interdependência desses aspectos. O primeiro tipo de legado ou impacto a ser analisado é o econômico. Ao longo do texto, pode-se perceber como as pesquisas e análises citadas já apontam elementos que poderiam enquadrar-se nos outros tipos de legado.

O legado econômico

Uma das fontes de legitimidade para que os governos possam se candidatar a sediar megaeventos esportivos são os legados econômicos, que são considerados quase automáticos à realização de um megaevento esportivo. Os discursos dos governantes, defensores da realização das competições em seus territórios, apoiam-se em textos de consultorias especializadas em previsões desse tipo. As pesquisas divulgadas tentam, por meio de metodologias múltiplas, apontar as expectativas dos impactos econômicos que os megaeventos esportivos terão na economia de um país ou de uma cidade ao longo de alguns anos, seja antes, seja durante ou mesmo após a sua realização. No entanto, essas pesquisas não passam incólumes a críticas dentro da própria Economia, já que, de várias formas, são questionadas quanto a seus resultados e à criação de expectativas.

As pesquisas que analisam os impactos econômicos dos megaeventos nas sociedades que os sediam são classificadas como *ex-ante* e *ex-post* (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014; MATHESON, 2012). O primeiro tipo tenta prever, por meio de probabilidades e hipóteses, a amplitude dos impactos econômicos que os investimentos feitos pelo poder público e pelo setor privado terão na economia local. A literatura internacional questiona, a partir de diversos pontos, as pesquisas *ex-ante*. Primeiro, pelo fato de que elas são encomendadas ou feitas por grupos e instituições que estão diretamente envolvidas com a defesa, a organização e a realização dos megaeventos esportivos, como as instituições esportivas internacionais (FIFA, COI) e as diversas esferas governamentais. Por isso, essas pesquisas apresentam sempre expectativas muito otimistas e que não se confirmam nas avaliações pós-eventos. Dessa forma, a divulgação desses estudos seria uma forma de legitimar os gastos e investimentos públicos nos jogos.

Proni, Faustino e Silva (2014) destacam que os benefícios esperados na economia dos países que sediaram as Copas do Mundo de 2006 (Alemanha) e de 2010 (África do Sul) não se confirmaram quando foram comparados aos números obtidos em levantamentos posteriores aos campeonatos.

Algumas análises de autores sobre a Copa na Alemanha (GUISELINI, 2008; DU PLESSIS; MAENING, 2007 *apud* PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014) mostraram que o investimento total no torneio representou apenas 0,4% anual, em média, do valor total investido pelo Governo alemão em outras áreas no mesmo período. Além disso, os números não jogam a favor da defesa desse megaevento: houve uma pequena geração de empregos, se comparada ao número de alemães empregados à época; uma diminuição da ocupação de hotéis; e um pequeno aumento no número de passageiros internos e externos. Esses pesquisadores ainda apontaram que os melhores benefícios foram o fortalecimento da identidade nacional, do orgulho cívico e da melhoria da imagem do País no exterior.

Na África do Sul, de forma análoga, as expectativas do Governo, antes da competição, eram bem otimistas, mas as avaliações *ex-post* apresentaram números bem menos positivos em relação ao crescimento menor do PIB e à geração de empregos. Além disso, não houve redução da desigualdade social, pois os empregos temporários pagaram baixos salários, as melhorias na infraestrutura beneficiaram as classes médias e os turistas, e os benefícios econômicos direcionaram-se para a classe empresarial. No entanto, houve alguma melhora no transporte público, na imagem do País e no orgulho da população (AMATO, 2010; COTTLE, 2011; DUMINY; LUCKETT, 2012 *apud* PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014).

Além disso, esse tipo de pesquisa considera todos os gastos como sendo benéficos, sem levar em conta o impacto no orçamento público ou outro tipo de variável importante para que sejam cumpridas as expectativas de aumento da atividade turística, por exemplo.⁵

Há alguns fatores que dificultam a medição dos efeitos econômicos dos megaeventos esportivos. Poynter (2008) destaca que os relatórios *ex-ante*, que apontam os impactos dos megaeventos, normalmente são feitos por consultorias a pedido de grupos que pretendem legitimar esses eventos, por isso eles podem ser exagerados quanto aos benefícios. Há poucos estudos que analisam os impactos com base em um longo prazo. Além disso, ainda há a dificuldade de calcular os efeitos intangíveis e de separar os efeitos de um megaevento em si e os da vida cotidiana de uma cidade ou de um país que aconteceriam caso não houvesse a competição em seu território.

Um exemplo dos estudos *ex-ante* pode ser citado a partir da experiência brasileira de sediar o último campeonato mundial de futebol. Antes da realização da Copa do Mundo no Brasil, um estudo sobre os impactos socioeconômicos da disputa futebolística ganhou bastante divulgação na mídia e nas palavras dos representantes políticos brasileiros. Realizado pela Ernst & Young em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o relatório **Brasil Sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014** foi desenvolvido a partir de uma metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶, no qual foram estimados os impactos da Copa na produção, no emprego, na renda, no consumo e na arrecadação tributária nacional. Uma das principais afirmações do estudo foi a de que os investimentos, públicos e privados, gerariam um “efeito em cascata” na economia brasileira, com a verba investida trazendo cinco vezes mais em riqueza para o País.

Os números do relatório eram bem otimistas: no total, entre 2010 e 2014, o País movimentaria R\$ 142,39 bilhões com o evento, gerando 3,63 milhões de empregos por ano (temporários) e R\$ 63,48 bilhões de renda para a população. A arrecadação tributária adicional seria de R\$ 18,13 bilhões, e o incremento no PIB nacional, durante os quatro anos, de R\$ 64,5 bilhões. Esperava-se um crescimento do fluxo de turistas internacionais no Brasil, em 2014, na ordem de 79%, com impactos até superiores nos anos subsequentes, gerando uma receita adicional de até R\$ 5,94 bilhões. Com esses investimentos, o relatório sugeria uma mudança intensa na economia e, como consequência, em outras áreas da vida social do País.

Os efeitos positivos em sediar um dos eventos esportivos mais importantes do mundo podem ser perenizados e multiplicados, como veremos a seguir. Cumpridas todas as etapas e exigências impostas pela Fifa, além de selarmos a imagem do Brasil como País capaz de organizar com seriedade uma competição de dimensões internacionais, estaremos alcançando outro patamar socioeconômico e estrutural. Com algumas etapas já vencidas e sólidos fundamentos macroeconômicos, o País segue mais próximo ao almejado status de quinta maior economia do planeta em um futuro bem próximo. (ERNST & YOUNG, 2012, p. 5).

Ribeiro (2014) salienta que a falta de estudos mais críticos sobre os impactos ou legados econômicos é algo intencional, com uma forte conotação política, de legitimação da ideia de que organizar um megaevento esportivo é uma grande oportunidade de crescimento econômico e que acaba por ser transferido do discurso dos especialistas em Economia para os representantes políticos e para a imprensa, sem qualquer questionamento:

⁵ Os autores já citados (AMATO, 2010; COTTLE, 2011; DUMINY; LUCKETT, 2012 apud PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014) apontam três efeitos que influenciam diretamente a falta de correspondência entre os impactos esperados e os números reais, no que se refere à atividade turística: substituição (quando se gasta no megaevento o dinheiro que seria gasto em outros bens e serviços da economia local), *crowding-out* (desistência de visitantes regulares devido aos transtornos do megaevento) e vazamento (parte da verba gasta pelos turistas não é destinada aos moradores locais).

⁶ O modelo Insumo-Produto Estendido, baseado na Matriz de Insumo-Produto do IBGE, representa a economia nacional por meio de 55 atividades econômicas, 110 categorias de produtos e 10 perfis de renda/consumo da população.

Muito provavelmente, como se percebe hoje, a falta de análises mais técnicas é efetivamente uma estratégia de negócio. Ou seja, não há, efetivamente, interesse em dizer tudo a respeito dos riscos — sobretudo para as populações locais mais pobres — de sustentabilidade econômica e social do evento. Talvez por isso o discurso do então ministro do Esporte, Orlando Silva, publicado na imprensa reproduz os mesmos argumentos ufanistas da consultoria (Ribeiro, 2014, p. 28).

Nem mesmo os estudos *ex-post*, que são realizados após os eventos, para calcular que efeitos reais tiveram nas economias locais das sedes de megaeventos esportivos, são isentos de críticas. Os críticos desse tipo de abordagem observam a dificuldade (ou a quase impossibilidade) de separar os efeitos do evento na vida cotidiana do que aconteceria normalmente caso a cidade ou o país não o sediasse. Como conclusão, a partir de uma revisão de literatura internacional sobre esse debate, Proni, Faustino e Silva (2014) apontam que as construções de infraestrutura ou de equipamentos esportivos causam impacto insignificante, ou mesmo nulo, nas economias locais.

Tendo em vista os questionamentos sobre os impactos econômicos e sua grandeza nas economias locais, os entusiastas dos megaeventos esportivos têm alterado seus discursos, saindo de uma defesa exclusivamente econômica para uma mais heterogênea, que inclui desde a melhoria da imagem da sede na comunidade internacional até a felicidade de seus moradores.

Note-se que, para legitimar o volume de gastos públicos efetuados em razão das exigências impostas aos responsáveis pela realização de um megaevento esportivo, tem sido mais convincente o uso de argumentos que destacam seus legados não econômicos, uma vez que as expectativas em torno de impactos econômicos com frequência são frustradas — seja em países desenvolvidos, seja em países em desenvolvimento. (PRONI; FAUSTINO; SILVA, 2014, p. 158).

Conforme foi-se aproximando a realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, puderam-se notar mudanças significativas nos discursos e nas expectativas dos especialistas e dos consultores em relação aos impactos desse evento na economia brasileira. Em uma reportagem do jornal **Folha de São Paulo**, a menos de três meses da abertura da competição, a agência de risco Moody's divulgou o relatório de um estudo em que afirmava que a Copa do Mundo traria impactos desprezíveis, fossem eles positivos ou negativos, para o País. O crescimento do PIB nacional, em decorrência dos jogos, seria de apenas 0,4% nos próximos 10 anos. A agência ainda alertou que seu relatório poderia servir como lembrete aos governos de que os efeitos esperados dos megaeventos esportivos devem ser minimizados.⁷

No mesmo sentido, em outra reportagem, dessa vez da British Broadcasting Corporation (BBC) Brasil⁸, a um mês do início do torneio, diversos especialistas deram suas opiniões sobre um possível fracasso da Copa em gerar impactos econômicos significativos para a economia brasileira. A reportagem inicia com números bastante otimistas de relatórios e estudos que foram divulgados no período em que o País foi escolhido como sede. No entanto, a diminuição dessas expectativas otimistas em torno do evento é confirmada por meio de dois relatórios, o já citado, da agência Moody's, e outro, da consultoria Capital Economics, além de estudos de acadêmicos de diversas universidades. A reportagem destaca que, mesmo que os números otimistas apontados pelos estudos anteriores estejam corretos, eles não trazem alterações significativas para a economia nacional, seja no número de empregos, seja no crescimento do fluxo turístico, na geração de renda ou no aumento do PIB.

No entanto, mesmo com todo o questionamento aos dados apresentados pelos relatórios econômicos, que sugeriam um crescimento significativo da economia nacional em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014, o

⁷ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/03/1433513-copa-tera-pouco-impacto-economico-para-o-brasil-diz-moodys.shtml>> Acesso em: 13 out. 2014.

⁸ Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140506_copa_economia_ru> Acesso em: 13 out. 2014.

então Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, continuou, até pouco tempo antes do início do Mundial, a repetir os números otimistas quando questionado sobre a validade econômica de sediar esse megaevento esportivo. Em uma entrevista publicada pela **Carta Capital**, a dois meses do início da Copa, o Ministro assim defendeu sua posição, repetindo os dados divulgados pelo relatório elaborado pela Fundação Getúlio Vargas: “A Copa do Mundo representa um êxito econômico inegável. A Fundação Getúlio Vargas projeta a criação de 3,6 milhões de empregos e um acréscimo de 0,4% ao ano no PIB até 2019”.⁹

Os debates sobre os efeitos da Copa do Mundo realizada no Brasil, em 2014, ainda devem durar algum tempo. Nesse sentido, os especialistas dividem-se em suas opiniões a respeito de a realização da competição futebolística ter ou não trazido algo de importante ou significativo para o País. Em uma reportagem de outubro de 2014¹⁰, três meses após o fim da Copa do Mundo, o jornal **O Estado de São Paulo** citou a análise realizada em conjunto por uma entidade suíça, Solidar, e uma alemã, Institut Heinrich Böll, em que foi demonstrado que as cidades-sede brasileiras tiveram como “legado” o aumento de 51% de suas dívidas¹¹, enquanto a FIFA alcançou lucros recordes, por volta de R\$ 7,5 bilhões, com a isenção de impostos. Por outro lado, o Governo brasileiro destacou o bom fluxo de turistas e a melhora da imagem do País.

Portanto, diante da dificuldade de confirmação, por meio de pesquisas e análises científicas, de que os megaeventos esportivos trazem benefícios econômicos diretos ou indiretos para as cidades ou países que os sediam, os governos e as instituições internacionais que detêm os direitos de organização sobre os torneios esportivos passaram também a enfatizar a possibilidade de existência de outros tipos de legados: os simbólicos e os urbanísticos.

O legado social e simbólico

Outro tipo de legado mencionado pelos defensores da realização de megaeventos é o simbólico, mesmo que esse termo não seja citado diretamente. Nos discursos dos políticos defensores dos megaeventos, assim como na literatura científica que se debruça sobre esse tema, o legado simbólico aparece associado a um conjunto diverso de nomenclaturas e de noções: legado social, orgulho, coesão, identidade, etc.

A ideia de que o esporte e, mais especificamente, as disputas esportivas agregadas no que se denominou de Jogos Olímpicos trariam mudanças importantes para a vida das pessoas e para as sociedades que os abrigassem surgiu, segundo Rubio (2009), no final do século XIX. Traçando um breve histórico de como o Barão de Coubertin¹² chegou à conclusão de que o esporte poderia ser um fator de transformação social e, assim, justificando a sua empreitada de refundar e ressignificar os Jogos Olímpicos no final do século XIX, a autora aponta alguns valores que ele acreditava serem inerentes à prática da competição desportiva:

⁹ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entrevista-aldo-rebelo-5138.html>> Acesso em: 12 out. 2014.

¹⁰ Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,institutos-europeus-concluem-brasil-perdeu-com-copa-2014,1578254>> Acesso em: 21 out. 2014.

¹¹ No entanto, a reportagem não explicita a que tipo de dívida estaria referindo-se o instituto de pesquisa ao mencionar esses dados.

¹² Pierre de Frédy, mais conhecido como Barão de Coubertin, ficou conhecido por ser o idealizador dos Jogos Olímpicos da era moderna.

[...] os Jogos Olímpicos eram para Coubertin a institucionalização de uma concepção de práticas de atividades físicas que transformava o esporte em um empreendimento educativo, moral e social, destinado a produzir reflexos no plano dos indivíduos, das sociedades e das nações (RUBIO, 2009, p. 74).

Assim, além de uma competição esportiva, o idealizador dos Jogos Olímpicos modernos também desejava instaurar alguns valores e princípios que foram relacionados ao Olimpismo, dentre eles, a promoção da cultura e da educação, a combinação entre esporte, educação e cultura, a integridade nas ações, a igualdade e o respeito mútuo entre os povos.

Llopis-Goig (2012a) chama a atenção para a diversidade de termos e de significados com que costumam ser associados os impactos ou as repercussões sociais dos megaeventos esportivos: sentimento de orgulho, reforço da identidade coletiva, melhora da qualidade de vida, aumento da interação social e da prática esportiva, prestígio e reconhecimento internacional. Por outro lado, pontos negativos que se relacionam a aspectos sociais também são destacados: aumento da insegurança, suspensão do modo de vida local, intensificação do tráfego, infrações aos direitos humanos, exacerbação do nacionalismo e da xenofobia e impactos ambientais. O autor salienta a dificuldade de definir conceitualmente os impactos sociais e afirma que, muitas vezes, eles são definidos a partir da exclusão dos outros tipos de impactos, que são tratados e analisados de forma mais extensa pela literatura especializada em megaeventos esportivos:

Na verdade, a categoria de repercussões sociais engloba um conjunto muito variado e heterogêneo de impactos e efeitos, entre os quais, alguns são do tipo político; outros, de natureza psicológica ou psicossocial; e outros, de caráter estritamente social, embora, às vezes, sejam categorizados como socioculturais. Talvez o maior denominador comum dos efeitos e impactos que normalmente são incluídos sob a denominação de social seja o fato de não pertencerem a nenhuma das três categorias acima aludidas — a econômica, a turística e a urbana — cujos contornos e limites, no entanto, foram mais claramente definidos (LLOPIS-GOIG, 2012a, p. 98-99, tradução nossa).

O autor destaca três fatores para essa displicência científica em torno dos impactos sociais dos megaeventos esportivos: (a) as avaliações sobre os impactos costumam centrar-se mais nos efeitos econômicos, por sua facilidade em serem usados politicamente para legitimar os eventos; (b) os impactos econômicos ocupam mais espaço na mídia e na ciência por serem de mais fácil quantificação; e (c) os impactos sociais são constantemente associados a fatores negativos, como falta de segurança, consumo de álcool, prostituição, aumento de conflitos, etc.

Apesar de não haver uma definição comumente aceita como válida para os impactos sociais de megaeventos esportivos, há alguns pontos em comum no conjunto de abordagens propostas pela literatura internacional: sua influência nos comportamentos, nos valores e nos estilos de vida da população local; a distinção entre os impactos sociais de curta duração e os culturais, que se referem a mudanças de longo prazo; a medição dessas mudanças por meio de entrevistas e questionários; a necessidade da percepção das diferenças de opiniões entre os diversos grupos que compõem as sociedades; e a obrigatoriedade de estudos temporais que apreendam as mudanças de opinião antes, durante e depois dos jogos.

São justamente as disputas em torno do conceito de legado que, segundo Curi (2013), marcam de forma intensa a realização dos megaeventos esportivos no Brasil. Para esse autor, a questão simbólica é mais importante que a puramente econômica, por dois motivos: pela incerteza da capacidade desses eventos de gerarem melhorias econômicas e pelos tipos de “produtos” que eles criam, que não podem ser considerados indispensáveis à sobrevivência humana. Por isso, os megaeventos esportivos estariam além da utilidade econômica; são lugares de troca de informações, de *status* e de identidades, tendo, portanto, valor e utilidade simbólicos. As análises sobre os

legados, por isso, não devem ser feitas somente a partir de um ponto de vista econômico, que leva em conta custos e lucros, pois os números podem promover uma posição favorável ou contrária aos megaeventos esportivos, dependendo apenas de como se olha para eles. Essa forma de análise é insuficiente para dar conta da complexidade e da diversidade que englobam o fenômeno, por descartar os valores simbólicos nele envolvidos.

Interessante é que, muitas vezes, tanto defensores quanto opositores argumentam apresentando números concretos de ganhos e perdas financeiras, sendo que o saldo final é positivo ou negativo dependendo da linha de argumentação. Fica visível que os números sugerem uma credibilidade e objetividade que não têm. O legado de um megaevento esportivo é algo tão complexo que dificilmente pode ser resumido em poucas palavras ou números. (CURI, 2013, p. 67).

A princípio, segundo Damo e Oliven (2014), a abordagem antropológica, mais profundamente por meio da etnografia, devido ao caráter micro, artesanal e pessoal do investigador com os sujeitos investigados, é de difícil articulação com o tema dos megaeventos. No entanto, ao contrário desse pensamento finalista, o que a Antropologia e a Sociologia têm a oferecer à discussão científica internacional sobre o tema são a busca e a interpretação dos significados atribuídos pelos indivíduos a esses acontecimentos, quaisquer que sejam seu tipo ou tamanho:

Nesse sentido, todo megaevento é, antes de qualquer coisa, um evento, e isso implica uma relação de continuidade entre a coisa em si e sua significação. Aos olhos da antropologia, uma catástrofe climática, por exemplo, não se resume aos impactos físicos — mortes, prejuízos econômicos etc. —, pois envolve também o entendimento que as pessoas têm a respeito dela e a maneira como se envolvem com o acontecimento — que tipo de explicação mobilizam, quais as estratégias de solidariedade, como procuram reconstruir a vida e assim por diante (DAMO; OLIVEN, 2014, p. 14).

Ao analisar os discursos que foram produzidos sobre as verbas despendidas pelo Estado brasileiro para a realização da Copa do Mundo de 2014, Damo e Oliven (2013) chegaram à conclusão de que o mesmo ato, a aplicação de dinheiro para que se pudessem cumprir as exigências do caderno de encargos da FIFA, teve duas interpretações e nomenclaturas distintas, dependendo da posição do grupo ou do indivíduo, sobre a realização da competição futebolística: enquanto os que foram favoráveis à realização da Copa do Mundo os nomearam investimentos, dando uma ideia de que teriam algum tipo de retorno à sociedade, os contrários os chamaram de gastos, como algo que se teria perdido, sem qualquer utilidade.

Ao se olhar para essa diferença de interpretação, segundo os autores, demonstra-se que os usos do dinheiro, mesmo nas sociedades contemporâneas, estão relacionados a aspectos morais, já que o dinheiro está imerso nas relações sociais, políticas, culturais e afetivas. Assim, isso se aplica ao dinheiro arrecadado pelos Estados. Investir recursos públicos em megaeventos parece ir de encontro a duas premissas aceitas como moralmente boas na contemporaneidade: que o dinheiro público deve visar à coletividade (e não aos entes privados como a FIFA, os clubes e as empreiteiras), e que se devem priorizar outras áreas de investimentos, por serem percebidas como mais importantes que o esporte, como saúde, educação, moradia, etc.

Tendo por base um viés antropológico, Almeida, Mezzadri e Marchi Jr. (2009) partem da seguinte pergunta: quais os benefícios políticos e simbólicos que o Brasil e o Rio de Janeiro teriam em sediar, respectivamente, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016? A partir de uma pesquisa bibliográfica, em que outros autores fizeram reflexões sobre a realização de outras edições de megaeventos esportivos, os autores indicam alguns pontos em comum sobre as motivações das cidades: exposição midiática mundial a baixo custo; busca de um *status* de “cidade do mundo”; atração de outros negócios, eventos, turistas e residentes; desenvolvimento humano; qualificação da mão

de obra; e oportunidades de emprego. Reforçando a capacidade simbólica de projetar um país ou uma cidade no exterior, os autores afirmam que:

Os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de futebol possuem a maior visibilidade midiática mundial e grande interesse do público, provavelmente maior que qualquer outro evento quando se trata de exposição intensa durante todos os dias de sua realização em uma escala global. Os dirigentes esportivos e políticos ligados ao esporte têm a possibilidade de converter os aspectos simbólicos e miméticos das disputas entre os países, desde as candidaturas a sediar os Jogos até a conquista de medalhas, em capital político e social (ALMEIDA; MEZZADRI; MARCHI JR., 2009, p. 187).

Os efeitos positivos, no que se refere ao universo do social ou do simbólico, da realização pelo Brasil da Copa do Mundo de 2014 foram muito explorados pelos políticos e pelos defensores de que o País deveria sediar esse evento. Em uma entrevista dada à revista **Princípios**, alguns dias após a final da Copa do Mundo, o Ministro do Esporte, Aldo Rebelo, defendeu que o sucesso da organização do torneio serviu para elevar a autoestima do povo brasileiro, pois muitas opiniões, tanto de estrangeiros como de brasileiros, apontavam a incapacidade do País de conseguir finalizar as obras e as exigências da FIFA. De fato, algumas obras foram deixadas de lado e serão entregues apenas após o Mundial, mas, para o Ministro, isso não diminui a importância da organização para o orgulho nacional e para o prestígio do País no exterior:

Sempre tive a ideia de que realizaríamos a Copa do Mundo dentro de nossas condições e com toda a tranquilidade — até porque o Brasil já fez coisas mais difíceis e mais importantes do que a Copa. Hoje, ninguém fala mais de aeroporto, mobilidade urbana ou segurança. O que ficou mesmo — o ponto alto do Mundial no Brasil — foi a qualidade espiritual do nosso povo. Fizemos uma Copa celebrada no mundo inteiro principalmente por esse fator, que nem é material. A Copa reacendeu no País um sentimento de confiança, de otimismo, de capacidade, de superação de desafios. Acima de tudo, deu ao mundo também a ideia de um país que pode reunir capacidade, competência executiva e emoção — essa qualidade espiritual do nosso povo de receber e tratar bem o turista. O mundo percebeu isso e divulgou com muita nitidez o Brasil — o que vai resultar em investimentos para o País e até em credibilidade na agenda internacional. Já somos o país mais requisitado para as forças de paz da ONU.¹³

Em um texto publicado no jornal **Folha de São Paulo**, em abril de 2011, o ex-Ministro do Esporte e ex-Coordenador do Comitê Gestor de Ações do Governo brasileiro para a Copa do Mundo 2014, Orlando Silva, argumentou que a realização da Copa do Mundo no Brasil traria muitas vantagens para a nação, sob diversos aspectos, mas, sobretudo, do ponto de vista social, do aumento do orgulho da população e da melhoria da imagem do País no exterior:

A Copa do Mundo da FIFA 2014 é muito mais que a disputa de 64 partidas de futebol por seleções de 32 países. É um evento que produz oportunidades e que serve como catalisador para o desenvolvimento de quem a realiza. A Copa é excelente plataforma para a promoção de nosso país em âmbito global. O mundo verá uma nação moderna e inovadora. Uma democracia forte. Um lugar marcado pela diversidade, pela tolerância e pela cultura de paz. Uma nação com economia complexa, estável, que permite desenvolvimento sustentado e forte política de inclusão social e distribuição de renda¹⁴.

O sentimento de orgulho gerado pelos megaeventos esportivos nos cidadãos das sociedades anfitriãs é um aspecto muito abordado por pesquisadores de outros tipos de megaeventos. Mais especificamente, uma competição esportiva menos conhecida pelo público brasileiro, mas que também tem sido tratada como um megaevento esportivo pelos pesquisadores, é a America's Cup, a mais famosa competição de iatismo do mundo, que é disputada desde 1851, mais de 40 anos antes dos Jogos Olímpicos modernos. A competição foi marcada por uma supremacia dos barcos americanos de 1870 a 1983, quando a competição foi vencida por um veleiro neozelandês. Segundo John, Jackson e Scherer (2012), a vitória da Nova Zelândia na America's Cup de 1983 teve um grande valor simbólico para

¹³ Disponível em: <<http://www.revistaprincipios.com.br/principios/34-noticias/348-entrevista-com-aldo-rebelo-a-copa-que-reacendeu-o-brasil.html>>. Acesso em: 16 out. 2014.

¹⁴ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0204201108.htm>>. Acesso em: 13 set. 2014.

os neozelandeses, já que essa conquista ajudou na construção de uma visão do País como um local tecnologicamente avançado e competente para atrair investimentos. Alguns anos depois, em 1995, uma nova vitória foi motivo de orgulho e nacionalismo, com desfiles e passeatas para celebrar a conquista. Além disso, as duas edições da America's Cup realizadas no País trouxeram benefícios econômicos, sobretudo nos setores naval, hotelaria, comércio, lazer e transporte. O investimento de dinheiro público feito pelo Estado neozelandês, fato criticado por diversas lideranças maoris à época, foi justificado não só pelos benefícios econômicos, mas também pela difusão e pela publicidade que a competição traria à Nova Zelândia, como uma "marca".

Outros autores ponderaram as repercussões sociais da America's Cup em outros países. Llopis-Goig e Alcober (2012) fizeram uma análise dos impactos sociais da realização da competição marítima na cidade espanhola de Valência, quando duas edições foram realizadas, em 2003 e em 2007. A organização da competição na cidade foi o auge de uma resposta local ao processo de desindustrialização iniciado na década de 90, que tinha, no turismo, o principal fator de desenvolvimento, por influência dos Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona. Foram realizadas intervenções no rio Turia, para que se tornasse um destino turístico. No mesmo período, foram instaladas importantes infraestruturas culturais e artísticas e acolhidas competições esportivas internacionalmente significativas, e a America's Cup apareceu como uma "cereja do bolo" para esse conjunto de alterações que buscaram transformar Valência em uma cidade mundialmente conhecida.

Por meio de um questionário aplicado à população local, os autores examinaram as opiniões da própria comunidade anfitriã sobre a America's Cup antes, durante e depois do evento. Em uma pesquisa realizada exclusivamente com empresários, eles demonstraram que, após o anúncio da cidade como sede da competição, esperavam ver melhorias em alguns setores: fluxo turístico, infraestrutura, acessibilidade e serviços. Também foram feitas pesquisas de opinião com outros moradores sobre os impactos da competição na cidade, nas quais mais de 80% da população local demonstrou satisfação em termos econômicos e sociais. Na percepção dos valencianos, os maiores benefícios foram o crescimento econômico, o aumento de turistas e o crescimento do orgulho pela cidade ter sediado o evento.

Os Jogos Olímpicos sediados por Pequim, em 2008, foram apontados como causa de grandes transformações culturais e sociais para a sociedade chinesa. Jiandong (2012) afirma que essas transformações ocorreram em diferentes áreas e esferas da vida social local, além de terem melhorado a imagem do País fora de seu território:

A combinação de sentimentos e conhecimentos que caracteriza a cultura chinesa tem permitido que a celebração olímpica Internacional fornecesse uma atitude mais positiva e saudável à população. O sentido de dignidade e orgulho nacional, a consciência cultural e a democracia social têm melhorado em todas as classes sociais, em diferentes graus. Muitos meios de comunicação dentro e fora do País admitem que a China tornou-se um país mais aberto, transparente, confiante e ativo. Atualmente, a China presta mais atenção às regras internacionais, e o conhecimento que a população tem dessas regras tem aumentado de maneira geral. O Governo enfatiza a abertura e o intercâmbio internacional da cultura chinesa, e o consumo cultural está tornando-se cada vez mais popular. As agências e os departamentos relacionados com o esporte enfatizam, de forma gradual, a importância do bem-estar físico e a qualidade de vida, de modo que o papel do esporte como um serviço público é cada vez mais perceptível (JIANDONG, 2012, p. 176, tradução nossa).

O autor credita ao esporte um papel importante em vários fenômenos dentro do território chinês, como os de ajuda na superação da crise financeira e na construção de um sentimento de harmonia e bem-estar na sociedade. Os Jogos Olímpicos, ainda segundo o autor, foram uma grande oportunidade de instauração de valores relacionados à cultura olímpica e à sua hibridização, com valores vistos como tipicamente chineses: patriotismo, empreendedorismo,

ética profissional, espírito inovador e trabalho colaborativo. Após as Olimpíadas, os chineses estabeleceram diversas parcerias, sobretudo com países europeus, de divulgação da cultura e da vida chinesas e, ao mesmo tempo, abriram-se para culturas estrangeiras, que, de modo análogo, passaram a ser difundidas no território nacional.

Após a realização da competição, o Governo chinês passou a investir intensamente no esporte, construindo o que o autor denominou "indústria e cultura do esporte", dotando várias cidades com infraestrutura esportiva de nível internacional, fazendo crescer, de forma significativa, a parcela do PIB nacional oriunda das atividades relacionadas ao desporto. Além disso, pode-se perceber um aumento da preocupação governamental com a saúde física e o bem-estar da população chinesa. Para além dos impactos e legados dos Jogos Olímpicos, o Governo chinês esperava que a prática esportiva em si, impulsionada por medidas de incentivo após a competição ter sido sediada em seu território, servisse para trazer outros benefícios: a transmissão de valores relacionados ao desenvolvimento de uma sociedade democrática, uma ordem social estável e a harmonia entre os seres humanos e a natureza.

A última década, segundo Cornelissen (2012), foi marcada pela mudança na geografia internacional da realização dos megaeventos esportivos, que se deslocaram dos países do norte para os do sul. A realização desses eventos nos territórios dos países emergentes, nesse período, tem sido utilizada como uma política de promoção dessas nações e uma tentativa de inserção em um cenário global. Em particular, o sucesso na organização da Copa do Mundo de futebol pela África do Sul em 2010 teve dois tipos de significado, um externo e outro interno: a queda da visão de que o País seria incapaz de organizar um evento de tal monta e um projeto de reconstrução e fortalecimento do Estado, da economia e das unidades racial e nacional. Por isso, para Cornelissen (2012), a organização de um megaevento esportivo é, na verdade, um "megaprojeto político":

De muitas maneiras, portanto, a Copa do Mundo de futebol na África do Sul é um exemplo do que representa sediar um megaevento em um país do sul, que, muitas vezes, ocorre em circunstâncias nas quais as relações entre o Estado e a sociedade são frágeis e se propõe a cumprir grandes objetivos de política externa, que fazem com que a sua realização tenha uma dupla função. Pretende-se, por um lado, mostrar a capacidade do Estado para a comunidade internacional (e reforçar sua soberania e poder) e, por outro, reforçar a ideia do Estado no público nacional. As ambições políticas constituem, portanto, os impulsos dominantes. Sob essas condições, a organização de um megaevento esportivo é configurada como um megaprojeto político, caracterizado pela mobilização e pela execução dos recursos nacionais e conceituado como um veículo para alcançar grandes objetivos nacionais (modernização, desenvolvimento, transformação, unidade nacional) (CORNELISSEN, 2012, p. 188, tradução nossa).

Em alguns casos, os efeitos sociais e simbólicos podem ser originados de planos de reforma e de melhoria urbana, como o famoso caso da cidade de Barcelona, que aproveitou o fato de ter sido escolhida sede dos Jogos Olímpicos de 1992 para fazer alterações no seu plano urbano, sendo modelo para reformas urbanísticas posteriores.

O legado urbanístico

Talvez o tipo de efeito mais visível dos legados originados a partir de um megaevento esportivo refira-se à infraestrutura urbana ou às mudanças territoriais nas cidades que abrigam esses jogos, quer seja na instalação, quer seja na construção de equipamentos esportivos ou nas obras de mobilidade e de transporte urbanos. Essa afirmação é corroborada por Smith (2012), que ainda acrescenta, como exemplos, novos projetos urbanos e planos de negócios. Segundo esse autor, geralmente essas reformas não são realizadas pelo dinheiro gerado diretamente pelo megaevento, mas pelo financiamento de fontes externas que são mobilizadas para que se possa realizar a

competição. Assim, um megaevento esportivo pode funcionar como uma “garantia” para a consecução de financiamentos a serem investidos em reformas urbanas que não se restringem a espaços envolvidos diretamente com a realização das disputas esportivas. Para esse autor, há três tipos de contextos em que se costumam utilizar os megaeventos como forma de enfrentar essas questões: cenários pós-conflitos, em que se busca a reconstrução de uma cidade; cidades com grande desigualdade de desenvolvimento devido à concentração da industrialização em algumas áreas; e tentativa de expansão ou de integração de uma cidade à sua periferia.

Em alguns casos, escolhe-se, como sede das intervenções urbanas, uma área periférica ou uma zona industrial abandonada, para que outros investimentos sejam aplicados nessas regiões. Um exemplo desse tipo de investimento urbano deu-se na Copa do Mundo de 1998, na França. O Stade de France foi construído em Saint Denis, uma zona no norte de Paris que sofria pela desindustrialização e por um insuficiente sistema de transportes. Em conjunto com a construção do estádio, o Governo francês fez uma série de melhorias em seu entorno: parques, uma nova rede ferroviária e novos prédios residenciais e comerciais.

Entretanto essas mudanças não se reduziram a aspectos positivos. Ainda segundo Smith (2012), houve impactos diretos nos moradores do local, o que gerou um sentimento de separação entre os antigos e os novos moradores:

No entanto, apesar da retórica sobre a diversidade étnica do time francês, a que normalmente se recorre como modelo de inspiração para a população imigrante, a revitalização da Saint Denis não tem ajudado justamente os grupos mais necessitados. Continuam a existir bolsões de pobreza, e as vidas daqueles que residem nas redondezas não melhorou. Newman e Tual (2002) destacam o suposto risco que uma sociedade dual pode ter criado, com a necessidade de intervir constantemente, para evitar que se produza uma segregação do novo distrito comercial em relação à comunidade de residentes anteriormente existentes. Isso mostra que, mesmo quando o desenvolvimento urbano é satisfatório, as comunidades não se veem necessariamente como beneficiadas (SMITH, 2012, p. 83, tradução nossa).

Apesar disso, os megaeventos esportivos costumam ser vistos como oportunidades de superação de desigualdades territoriais. Além do caso francês, os planejamentos territoriais da Copa do Mundo 2010 na África do Sul e dos Jogos Olímpicos 2012 em Londres tiveram a mesma lógica que regeu a construção do estádio em Saint Denis para a competição futebolística da FIFA na França, em 1998. Contudo, a reestruturação urbana das cidades-sede não é só de interesse dos governos ou das populações locais, mas também das instituições internacionais que organizam os jogos, como a FIFA e o COI, pois isso pode construir uma relação direta entre esses atores e as transformações urbanas de sucesso, trazendo mais legitimidade e visibilidade para as futuras edições dos torneios, aumentando o número de cidades ou países interessados em sediar as competições e atraindo mais recursos de patrocinadores.

Segundo Proni, Faustino e Silva (2014), o maior legado dos Jogos Olímpicos de Londres 2012 foi a reabilitação de uma das zonas dessa cidade inglesa. Por isso, foi decidido construir o Parque Olímpico, local que abrigou as competições, em uma região da zona leste considerada a área mais deteriorada da cidade, com os maiores índices de criminalidade e desemprego. A reurbanização e a regeneração do entorno do Parque Olímpico consistiram na criação de cinco bairros, com investimentos em moradias (35% delas destinadas a famílias de menor renda), um centro comercial, um *shopping center*, melhorias no transporte público, transformação do parque em um ponto turístico importante da cidade e criação de empregos permanentes e temporários na região. No entanto, as modificações pelas quais passou a região — a possibilidade de expulsão dos moradores mais pobres, a demora na execução das

intervenções propostas e a dificuldade do governo em atrair investimentos privados em moradia, comércio e indústria para a região — também foram alvo de críticas.

Há outros casos em que sediar um megaevento esportivo pode significar uma ótima oportunidade para que uma cidade divulgue o resultado da renovação urbana pela qual passou nos anos anteriores. Como exemplo, Smith (2012) cita como o Governo australiano, por meio dos Jogos da Commonwealth¹⁵, realizados em Melbourne, em 2006, divulgou mundialmente a então recente reforma feita na costa do rio Southbank, onde passaram a funcionar sedes de multinacionais, um centro de exposições e um museu de arte.

No entanto, sediar um megaevento não se resume a aspectos positivos no que se refere às transformações da malha urbana. O maior problema das cidades após as disputas esportivas, na visão de Smith (2012), é a subutilização de equipamentos esportivos que foram construídos exclusivamente para os jogos, ou seja, que são desnecessários para a vida esportiva local, ou ainda, pela pressa que exigem devido à necessidade do cumprimento de prazos, as medidas acabam sendo tomadas sem a participação da sociedade civil. Há também muitos casos de remoção dos moradores locais para que as obras de infraestrutura sejam efetivadas, seja diretamente, removendo-os para outras áreas da cidade, seja indiretamente, pelo aumento dos aluguéis, fruto da especulação e da valorização imobiliária que costumam ocorrer nesses locais, o que, aos poucos, leva à dificuldade ou mesmo à impossibilidade de os antigos moradores continuarem residindo nessas áreas valorizadas.

Uma das características dos projetos urbanísticos relacionados aos megaeventos, segundo Smith (2012), é a formação de parcerias público-privadas, devido à ideia de que faltam ao poder público a visão empresarial e os recursos econômicos necessários para realizar esses projetos de maneira eficiente. A grande presença do setor privado nos planos de regeneração urbana a partir dos megaeventos esportivos vai ao encontro das ideias do que alguns autores têm denominado neoplanejamento ou planejamento estratégico.

Vainer (2000) considera o planejamento estratégico um modelo de planejamento urbano difundido na América Latina por agências multilaterais e por consultores internacionais, que se baseia no "sucesso de Barcelona", ou seja, na reforma realizada na cidade catalã para as disputas das Olimpíadas de 1992. Tomando emprestada a linguagem do planejamento empresarial, os defensores dessa corrente apontam que as cidades estão na mesma situação das empresas, pois a "nova questão urbana" teria como ponto central a competitividade entre as cidades. Uma das ideias centrais entre esses planejadores é a de que as cidades são mercadorias inseridas em um mercado mundial altamente competitivo em que são vendidas. Por isso, o *marketing* urbano ganha cada vez mais importância no planejamento e na gestão urbanísticos. Para os neoplanejadores, o que a cidade vende são os insumos que são valorizados pelo capital transnacional, o cliente preferencial desse novo tipo de cidade.

Pensar a cidade como uma empresa implica a transposição da lógica empresarial para a gestão e a organização de seu território, tendo como princípios os conceitos de produtividade, competitividade e subordinação à lógica mercantil. O modelo modernista, dominante no Ocidente antes do planejamento urbano, era inspirado na unidade de produção da fábrica, no modelo fordista, com seus princípios de organização transpostos para o planejamento urbano. Já os neoplanejadores inspiram-se na empresa enquanto unidade de gestão e de negócios, tomando decisões a partir

¹⁵ Competição multidesportiva que reúne os países falantes da língua inglesa, realizada a cada quatro anos em um dos países que formam essa comunidade. Também é conhecida como Jogos da Amizade, pelos laços coloniais em comum. Além dos esportes olímpicos, outros esportes, típicos dos países de língua anglo-saxã, são incluídos em seu programa.

das expectativas do mercado. Na visão do planejamento estratégico, para serem asseguradas a eficiência e a competitividade da cidade-empresa, é necessário deixá-la nas mãos dos especialistas, dos que possuem o conhecimento específico, ou seja, dos que já estão inseridos no mercado: os empresários e os executivos. Por isso, o exemplo principal desse tipo de gestão da cidade é a afirmação das parcerias público-privadas (PPP's), em que os empresários têm participação direta nas decisões referentes ao planejamento e à execução de políticas públicas referentes ao urbano.

A lógica do estabelecimento de parcerias público-privadas prevaleceu na construção e nas reformas dos estádios brasileiros para a adaptação ao que se convencionou chamar de “Padrão FIFA”: um conjunto de regras e especificidades indispensáveis para sediar as competições organizadas por essa federação. Para a gestão dos estádios, as construtoras e os consórcios vencedores das licitações formaram novas empresas, um tipo de empreendimento até então inexistente no País. O quadro a seguir estabelece quais corporações foram as responsáveis pelas alterações nas praças esportivas e que estão, atualmente, administrando-as.

Quadro 1

Lista de estádios e empresas gestoras

ARENA — CIDADE	CONSÓRCIO OU EMPRESA
Mineirão — Belo Horizonte	Minas Arena — Gestão de instalações esportivas S.A.
Estádio Nacional (Mané Garrincha) — Brasília	Consórcio Andrade Gutierrez e Via Engenharia
Arena Multiuso Pantanal — Cuiabá	Consórcio Mendes Júnior e Santa Bárbara
Arena Castelão — Fortaleza	Consórcio Arena Castelão Operadora de Estádio S/A (Galvão Engenharia S.A.; Serveng Civilsan S.A.; BWA Tecnologia LTDA)
Estádio Vivaldo Lima (Vivaldão) — Manaus	Andrade Gutierrez
Arena das Dunas — Natal	OAS Arenas
Arena do Grêmio — Porto Alegre	OAS Arenas
Estádio Beira-Rio — Porto Alegre	Andrade Gutierrez
Allianz Park — São Paulo	WTorre
Arena Pernambuco — Recife	Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A
Estádio Maracanã — Rio de Janeiro	Consórcio Maracanã S.A. (formado pelas empresas Odebrecht, IMX e AEG)
Arena Itaquera — São Paulo	Odebrecht
Itaipava Arena Fonte Nova — Salvador	OAS Arenas

Tratando do mesmo fenômeno, mas com um vocabulário um pouco diferenciado, Harvey (1996) fala de uma reorientação em relação à administração urbana nos últimos 20 anos, em que a abordagem do gerenciamento, típica dos anos 60, deu lugar ao empresariamento dos anos 70 e 80, mudança atestada por uma vasta literatura que afirma que o empresariamento urbano se tornou central para a formulação da política urbana. Essa mudança de paradigma deu-se por questões estruturais presentes desde o início da década de 70, que explicam porque os governos locais tomaram decisões semelhantes em relação à gestão do espaço urbano: desindustrialização, desemprego, apelo à racionalidade de mercado e à privatização, aumento do poder das cidades na busca por capital, em detrimento do poder dos Estados-nação, e transição do regime de acumulação do capital fordista-keynesiano para uma acumulação flexível.

Harvey faz essas afirmações a partir da observação da renovação urbana da cidade americana de Baltimore. Dessa análise local, o autor infere algumas características dessa nova gestão do espaço urbano que, segundo ele, poderiam ser generalizadas. Dentre os traços citados, dois são imprescindíveis para se pensarem os megaeventos esportivos: o primeiro refere-se ao novo modelo de gestão, que tem como característica central a parceria público-

-privada, em que os governos locais buscam novas fontes de financiamento ou novas formas de geração de emprego; o segundo considera o fato de que esse tipo de parceria é empresarial, já que tem concepção e execução especulativas, sujeita a dificuldades e riscos (normalmente assumidos pelos estados). A competição entre as cidades pelo capital internacional condiciona o espaço urbano a novos padrões de empreendimentos imobiliários, com a necessidade da criação de um "clima local de negócios", no qual o poder público provê a infraestrutura necessária para sua instalação, ao mesmo tempo em que assume os possíveis riscos envolvidos na execução.

Em uma análise que se aproxima, mais uma vez, da discussão internacional sobre os megaeventos esportivos e a sua viabilidade e outras formas de impactos para as populações locais, Harvey afirma que, mesmo com um baixo desempenho econômico, investir nesse tipo de projeto parece ser uma tentativa de atrair outros empreendimentos, possibilitando a construção de uma imagem da cidade como adequada a tais propósitos e também influenciando na construção de uma solidariedade local e de um sentimento de pertencimento entre seus moradores, levando ao surgimento de uma identidade local, que é uma necessidade vital do empresariamento.

Uma leitura semelhante acerca das recentes transformações da gestão do território urbano foi explanada por Oliveira (2009), quando apontou que o declínio das políticas de bem-estar social e do modelo keynesiano abriu caminho para o renascimento dos princípios do mercado nas decisões governamentais. Com isso, as ideias de justiça e equidade foram alijadas em favor das de competitividade e eficácia. Essa foi uma linguagem adotada pelo planejamento urbano das cidades, com a renovação de áreas degradadas (com potencial de mercado), o *city marketing* e os megaeventos esportivos e culturais. Já que a cidade passou a desempenhar o papel de promotora do desenvolvimento econômico, devendo construir um ambiente favorável a novas demandas do capital, ela passou a ser pensada "para fora", para passar uma imagem que estaria apta a receber investimentos desse tipo.

Outros sinônimos para a cidade-mercadoria ou cidade-empresa existem nessa discussão científica sobre os novos rumos tomados pela gestão das cidades a partir das últimas décadas do século XX. Uma dessas possíveis variações é a empregada por Sánchez (2001; 2010), que utiliza o termo cidade-modelo. De acordo com a autora, essas cidades-modelo são construídas pela ação em conjunto de governos locais, de agências multilaterais e de uma rede mundial de cidades. Partindo do pressuposto de que o espaço da cidade é construído tanto objetiva quanto subjetivamente, há que se atentar para a importância que o *city marketing* adquire nas políticas urbanas, pela divulgação das imagens dessas cidades-modelo por parte dos governos locais, das agências de cooperação e das instituições multilaterais. Para a autora, as relações entre esses atores é uma clara demonstração das ligações entre o "pensamento global" e o neoliberalismo, já que os consultores atuam como difusores de uma ideia de cidade como mercadoria.

Muito mais do que a compra ou a venda de parcelas do espaço para a construção de empreendimentos, o que se tem testemunhado é uma produção global do espaço, por meio de uma imagem construída para inserir a cidade e vendê-la num mercado mundial. Por meio de atividades de *marketing*, os espaços adquirem, além das qualidades materiais, qualidades simbólicas. Assim, há um intercâmbio entre a transformação material e o simbolismo dos espaços, entre a reestruturação dos lugares e a construção das identidades e entre um mercado material e um simbólico de sujeitos, instituições, práticas e produtos.

Ao produzir um objeto material na cidade, uma praça, um monumento, um edifício, produz-se também a maneira como será consumido, através das práticas ideológicas que produzem o objeto sob a forma de discurso e imagem.

Assim, a reelaboração simbólica que um discurso efetiva é parte integral da realidade social e, por essa razão, tal realidade é também constituída ou determinada pela própria atividade de simbolização. (SÁNCHEZ, 2001, p. 35).

Ao mesmo tempo em que se constrói e legitima uma imagem simbólica de uma cidade, nega-se a possibilidade da existência de outras imagens e leituras possíveis sobre o mesmo espaço urbano, que são contrárias aos princípios da cidade-mercadoria e da cidade-empresa, retirando da cidade a sua possibilidade e condição de existência de múltiplas coexistências, estilos de vida e conflitos, marcas principais da vida em uma sociedade ocidental urbana, como apontam Velho (2013) e Caldeira (2000).

As ideias relacionadas à reestruturação urbana formam um dialeto próprio, em que alguns lugares são transformados em modelos hegemônicos que servem de medida para todos os outros, por meio da universalização de suas próprias categorias de percepção e representação.

Se é notável, no discurso dominante sobre o urbano, a emergência de lugares-comuns planetarizados, mundializados, eles parecem referir-se a condições históricas e políticas particulares, que propiciaram a difusão de uma determinada leitura, tornada hegemônica, tacitamente constituída em modelo e medida de todas as coisas. Impondo ao mundo todo determinadas categorias de percepção e representação, os atores dominantes na produção de modelos e políticas urbanas refazem o mundo à sua imagem, com uma colonização mental que se opera através da difusão dessas categorias e representações, produzidas e reproduzidas num processo de luta simbólica. (SÁNCHEZ, 2001, p. 40).

Bienenstein (2013) pensa que o Brasil passou a se inserir nesse mercado mundial de cidades a partir da candidatura da cidade do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos. No entanto, mesmo antes disso, a capital carioca passou por reformulações em seu território, visando à construção de uma "cidade olímpica". Outros exemplos de empreendimentos típicos do planejamento estratégico na cidade são a construção do Museu Guggenheim, a Cidade da Música e a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Esse processo de transformação em mercadorias, pelo qual as cidades têm passado, acarreta a configuração de um novo tipo de cidade, que é orientada pela racionalidade do capital e que tem nos grandes projetos urbanos e nos megaeventos esportivos importantes ferramentas para a consolidação das concepções de produção, consumo, vida e sociabilidade urbana que se almeja.

Mascarenhas e Borges (2009) mostram como a preparação urbanística da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007 seguiu os preceitos do planejamento estratégico ou do empresariamento. As ações na cidade visando à adequação do território às exigências do COI, e também a essa nova forma de gestão da cidade, foram localizadas em áreas já bem servidas de infraestrutura e serviços públicos, como a Barra da Tijuca, que recebeu boa parte das reformas de infraestrutura e de equipamentos esportivos.

Escrevendo sobre as intervenções urbanísticas nas cidades brasileiras que sediaram as partidas da Copa do Mundo de 2014, Soares (2013) afirma que a construção de estádios e de obras de mobilidade, que teriam como intuito produzir uma melhor distribuição dos equipamentos urbanos, estão, na verdade, produzindo processos de elitização e expulsão dos moradores locais para regiões mais periféricas:

As obras de infraestrutura, a construção de estádios e instalações esportivas abrem um novo ciclo de construção e valorização do solo urbano na cidade-sede. Em muitas se produz um amplo processo de reestruturação urbana, a reorganização por parte do poder público e do capital imobiliário da estrutura da cidade, com novas frentes de expansão urbana, novos vetores de valorização, revalorização e "gentrificação" de seus setores "ociosos", e a construção de novas centralidades urbanas, sejam estádios, centros empresariais, sejam shopping centers. Frequentemente este processo de reestruturação apresenta consequências nefastas para parcelas importantes (normalmente de baixa renda) da população urbana. As novas frentes de valorização e os processos de revalorização nunca ocorrem sobre "território vazio". Neste avanço do capital imobiliário, populações, comunidades estabelecidas são impactadas fortemente pelas obras. Seja diretamente, pela remoção (eufemisticamente chamada de "deslocamento involuntário"), seja pela valorização do solo e a conseqüente expulsão das populações pela

impossibilidade de continuar vivendo onde sempre viveram e construíram seus laços de identidade e solidariedade (SOARES, 2013, p. 198-199).

Segundo esse autor, três tipos de reestruturação urbana são possíveis no cenário dos megaeventos esportivos: a criação de novas centralidades, como a construção de estádios e equipamentos esportivos em conjunto com estruturas de consumo, empreendimentos imobiliários e infraestrutura de mobilidade urbana; reforço de centralidades já existentes, quando se constroem as novas infraestruturas nos locais que já são beneficiados por esse tipo de investimento; e a revitalização de áreas decadentes, com baixo valor do solo, nas quais são envolvidos grandes investimentos públicos, com a instauração de parcerias público-privadas.

Considerações finais

Ao longo do texto, procurou-se mostrar como os impactos oriundos dos megaeventos esportivos nos países ou nas cidades que os sediam devem ser analisados em conjunto, tendo em vista a interdependência que os marca. A partir do conceito de fato social total, os megaeventos esportivos e seus efeitos são percebidos como uma espécie de sistema integrado, em que analisar apenas um dos aspectos, em detrimento dos outros, resultaria em deixar de lado a superposição desses elementos, o que poderia gerar novos tipos de consequências.

Tendo em vista o período que o Brasil está vivenciando — marcado pela realização de diversos megaeventos esportivos ao longo dos últimos 10 anos —, que terá os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro, em 2016, tem-se observado o crescimento da preocupação da população brasileira, dos meios de comunicação, dos grupos de resistência e dos pesquisadores acadêmicos com o tema. No entanto, apesar desse crescente espaço ocupado pela discussão no cotidiano, sobretudo pelos debates em torno dos impactos econômicos, ainda há a necessidade de pesquisas futuras sobre os efeitos urbanísticos e simbólicos para a vida dos brasileiros após os megaeventos esportivos.

Principalmente as alterações nas malhas urbanas das cidades brasileiras que sediaram alguns desses megaeventos esportivos, por terem um tipo de legado mais “fácil” e “rápido” de ser observado, necessitam ser mais bem avaliadas por meio de pesquisas, como, por exemplo, para verificar como a construção de um novo estádio de futebol que abrigou partidas para a Copa do Mundo no Brasil influenciou a vida cotidiana dos moradores do local ou a imagem simbólica da cidade.

Referências

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Considerações sociais e simbólicas sobre sedes de megaeventos esportivos. **Motrivivência, Florianópolis**, v. 1, n. 32/33, p. 178-192, 2009.

BIENENSTEIN, Glauco. O espetáculo na cidade e a cidade no espetáculo: grandes projetos, megaeventos e outras histórias. In: ENCONTROS NACIONAIS DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CORNELISSEN, Scarlett. Los megaeventos deportivos como grandes proyectos políticos — una interpretación de la Copa del Mundo de Fútbol de la FIFA 2010 en Sudáfrica. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos deportivos: Perspectivas científicas y estudios de caso**. Barcelona: UOC, 2012, p. 187-207.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013.

DACOSTA, Lamartine; MIRAGAYA, Ana. Estado da Arte do Conhecimento sobre Legados de Megaeventos Esportivos no Exterior e no Brasil. Introdução aos Temas e Autores deste Livro. In: DACOSTA, L. P. et al. (Ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 33-46.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. O Brasil no horizonte dos megaeventos esportivos de 2014 e 2016: sua cara, seus sócios e seus negócios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 40, p. 19-63, jul./dez. 2013.

_____. **Megaeventos esportivos no Brasil: Um olhar antropológico**. Campinas: Armazém do Ipê, 2014.

ERNST & YOUNG. **Brasil sustentável: impactos socioeconômicos da Copa do Mundo 2014**. Rio de Janeiro: Ernst & Young Brasil; FGV Projetos, 2010. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Copa_do_Mundo/\\$FILE/PDF_copa.do.mundo_port.2011.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Brasil_Sustentavel_-_Copa_do_Mundo/$FILE/PDF_copa.do.mundo_port.2011.pdf). Acesso em: 24 set. 2014.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.

HORNE, J.; MANZENREITER, W. An introduction to the sociology of sports megaevents. In: HORNE, J; MANZENREITER, W. (Ed.). **Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon**. Oxford, UK: Blackwell, 2006. p. 1-24

JIANDONG, Yi. Efectos de los Juegos Olímpicos de Pekín 2008 en la sociedad y en la cultura china. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos desportivos: Perspectivas científicas y estudios de caso**. Barcelona: UOC, 2012, p. 175-186.

JOHN, Alistair; JACKSON, Steven J.; SCHERER, Jay. La America's Cup como megaevento deportivo. Globalización y nacionalismo empresariam en Nueva Zelanda. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos deportivos: Perspectivas científicas y estudios de caso**. Barcelona: UOC, 2012, p. 137-154.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 11-46.

LLOPIS-GOIG, Ramón. Uma introducción al estudio de los megaeventos desportivos desde las ciencias sociales. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos deportivos: Perspectivas científicas y estudios de caso**. Barcelona: UOC, 2012, p. 11-22.

_____. Repercusiones y efectos sociales de los megaeventos. Acotaciones teóricas y evidencia empírica. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos deportivos: Perspectivas científicas y estudios de caso**. Barcelona: UOC, 2012a, p. 97-115.

LLOPIS-GOIG, Ramón; ALCOBER, María P. García. La America's Cup regresa a Europa. Impacto socioeconómico de la 32ª America's Cup em la sociedad anfitriona. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos desportivos: Perspectivas científicas y estudios de caso**. Barcelona: UOC, 2012, p. 155-174.

MASCARENHAS, Gilmar; BORGES, Fátima Cristina da S. Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. **Esporte e Sociedade, Niterói**, v. 4, n. 10, p. 1-26, Nov.2008/Fev.2009, 2009.

MATHESON, Víctor. Efectos de los principales megaeventos deportivos en las economías locales, regionales y nacionales. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (Ed.). **Megaeventos deportivos**. Perspectivas científicas y estudios de caso. Barcelona: UOC, 2012, p. 53-73.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 183-264.

MAZO, Janice Zarpellon; ROLIM, Luis Henrique; DACOSTA, Lamartine Pereira. Em Busca de uma Definição de Legado na Perspectiva de Megaeventos Olímpicos. In: DACOSTA, L. P. *et al.* (Ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 117-120.

OLIVEIRA, Alberto de. O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (LASA), 28., 2009, Rio de Janeiro. [Anais...] Rio de Janeiro: LASA, 2009. p. 11-14.

POYNTER, Gavin. Regeneração Urbana e Legado Olímpico de Londres 2012. In: DACOSTA, L. P. *et al.* (Ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 121-151.

PRONI, Marcelo; FAUSTINO, Raphael; SILVA, Leonardo. **Impactos Econômicos de Megaeventos Esportivos**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2014.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Por uma análise social e política dos megaeventos esportivos no Brasil. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 66, n. 2, p. 27-30, jun. 2014.

RUBIO, Katia. O legado educativo dos megaeventos esportivos. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 21, n. 32-33, p. 71-88, 2009.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, p. 31-49, 2001.

_____. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.

SMITH, Andrew. Megaeventos deportivos y desarrollo urbano. In: LLOPIS-GOIG, Ramón (ed.). **Megaeventos deportivos**: Perspectivas científicas y estudios de caso. Barcelona: UOC, 2012, p. 75-96.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Megaeventos esportivos e o urbano: a Copa do Mundo de 2014 e seus impactos nas cidades brasileiras. **Revista FSA, Teresina**, v. 10, n. 4, 2013.

TAVARES, Otavio. Megaeventos esportivos. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 11-35, 2011.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: Ensaios de Antropologia Urbana. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VILLANO, B. *et al.* Seminário legados de Megaeventos esportivos: pontos de convergência. In: DACOSTA, L. P. *et al.* (Ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.